

Pobreza, Exclusão Social e Transições em Ciclo de Vida

(Re)Traçando Trajectórias (In)comuns em Contexto Europeu

Isabel Baptista *

Ana Cardoso **

Pedro Perista ***

Resumo: O texto que aqui se apresenta resulta do trabalho de investigação desenvolvido no quadro de um projecto transnacional realizado no âmbito do Programa TSER da União Europeia, e que decorreu entre 1997 e 2000, tendo como principal objecto de análise o Painel dos agregados domésticos privados da União Europeia. Neste projecto, privilegiou-se a análise dinâmica e comparativa dos dados – entre os países representados no estudo –, recorrendo-se, para tal, às segunda e terceira vagas, correspondentes aos anos de 1995 e 1996, as mais recentes actualmente disponíveis. No presente artigo dá-se conta dos principais resultados obtidos no que respeita à relação entre a pobreza e a exclusão social, tendo-se privilegiado um enfoque específico sobre a análise de quatro transições em ciclo de vida: transição para a vida adulta; para a monoparentalidade; para uma situação de doença/deficiência; e para a reforma. Assim, a par da persistência de problemas de natureza estrutural da sociedade portuguesa, e que são transversais a todas as transições é possível identificar problemas que afectam especificamente cada um destes grupos contribuindo para a sua maior ou menor vulnerabilidade face aos fenómenos da pobreza e da exclusão social.

Palavras-chave: pobreza; exclusão social; análise dinâmica; transições em ciclo de vida.

Nota Introdutória

A análise da expressão contemporânea dos fenómenos da pobreza e da exclusão social num espaço – a União Europeia – onde se estima existirem mais de 60 milhões de pessoas que vivem em situação de pobreza (European Commission, 1999) exige um investimento teórico e metodológico que permita compreender a natureza e complexidade destes fenómenos. A incidência da pobreza e da exclusão social no espaço europeu é variável; diversas são também as estruturas familiares e os tipos de agregados mais vulneráveis à pobreza e à exclusão, bem como as

circunstâncias concretas em que vivem estas famílias; diferentes são, finalmente, as combinações que se desenham na interrelação mercados, famílias e apoios estatais, configurando diferentes tipos de estados (ou sociedades?) providência.

O presente artigo¹ insere-se precisamente no contexto desse investimento teórico-metodológico que se propõe melhorar a nossa capacidade de análise e compreensão dessas variações intra-europeias, recorrendo a um instrumento estatístico – o Painel dos Agregados

* Antropóloga. Investigadora no CESIS - Centro de Estudos para a Intervenção Social. Contacto: cesis@mail.telepac.pt.

** Socióloga. Investigadora no CESIS - Centro de Estudos para a Intervenção Social. Contacto: cesis@mail.telepac.pt.

*** Sociólogo. Investigador no CESIS - Centro de Estudos para a Intervenção Social. Contacto: cesis@mail.telepac.pt.

¹ E, em particular, o trabalho de investigação que está na sua origem e que foi desenvolvido por uma equipa do CESIS no âmbito do Projecto “Estruturas Familiares, Participação no Mercado de Trabalho e Dinâmicas da Exclusão Social”. Trata-se de uma investigação inserida no Programa TSER - Targeted Socio-Economic Research, da União Europeia, e que foi levado a cabo entre 1997 e 2000 por uma equipa composta por representantes de sete organizações de seis países europeus: Alemanha, Áustria, Grécia, Noruega, Reino Unido e Portugal.

O projecto tinha como principal objectivo melhorar a compreensão dos processos de exclusão social e reintegração social na Europa, usando uma perspectiva explicitamente dinâmica e focalizada sobre quatro situações de transição: duas que dizem respeito a situações de transição que fazem parte do percurso de vida dos indivíduos – 1) transição para a vida adulta; 2) transição para a reforma – e duas que dizem respeito a situações para as quais há a possibilidade de os indivíduos efectuarem uma transição – 3) transição para uma situação de monoparentalidade; 4) transição para uma situação de doença/deficiência.

Domésticos Privados da União Europeia – cuja natureza genuinamente comparativa entre diferentes países da União e o seu carácter longitudinal, abrem novas perspectivas de pesquisa, nomeadamente no que se refere às dinâmicas da pobreza e da exclusão social e à análise das trajectórias individuais e familiares ao longo de diferentes ciclos de vida.

Do ponto de vista teórico, é já hoje um dado adquirido a necessidade de recorrer a abordagens que adoptem conceitos – seguramente o de exclusão social, mas também o de pobreza² – que incorporem formas de exclusão que não resultam exclusivamente da insuficiência de recursos. Torna-se, pois, incontornável a adopção de definições de natureza simultaneamente mais abrangente e multidimensional que melhor traduzam as situações de desvantagem económica e social, bem como os processos através dos quais as mesmas se interligam em diferentes configurações espacio-temporais.

Neste sentido, propõe-se com este artigo a apresentação e discussão dos principais resultados da análise dinâmica efectuada com base nas segunda e terceira vagas³ do Painel dos agregados domésticos privados da União Europeia, incidindo sobre as quatro transições em ciclo de vida anteriormente identificadas, utilizando para tal a linha de pobreza definida como 60% da mediana dos rendimentos dos indivíduos⁴, mas também um conjunto de indicadores não-monetários que evidenciam a situação dos agregados familiares face à privação em três grandes domínios: conforto da habitação; posse de bens duráveis; e necessidades básicas⁵.

Pobreza e Privação – Transições Singulares, Idênticas Dificuldades

A análise dos quatro grupos de transição considerados neste estudo, permitiu constatar a existência de diferenças significativas nos riscos a enfrentar por parte de cada um dos grupos. No entanto, simultaneamente, surgiu realçada a persistência de problemas de natureza estrutural, transversais às diferentes transições, bem como o recurso a estratégias idênticas, que se desen-

volem tendo em vista a superação dessas dificuldades.

Enquanto que a vulnerabilidade à pobreza e à privação surge claramente associada à transição para a reforma e para a doença/deficiência, o mesmo não se verifica em relação à transição para a vida adulta. De facto, ao contrário dos restantes grupos, a incidência de pobreza entre os jovens adultos é mais baixa do que entre a população em geral. A análise dinâmica permitiu igualmente confirmar a vulnerabilidade dos indivíduos em situação de monoparentalidade, mas mostrou também claramente como a situação se agrava no subgrupo das famílias monoparentais compostas por uma mãe de idade mais avançada com filhos não-dependentes, situação quase inexistente nos restantes países representados na investigação, mas que em Portugal representa uma larga percentagem dos agregados monoparentais.

Foram identificados determinados factores responsáveis pelo aumento da vulnerabilidade dos indivíduos. A idade é um desses factores, aumentando o risco de pobreza ou privação. Estar-se em situação de monoparentalidade ou ter-se já ultrapassado a idade de reforma aumenta o risco de se entrar em pobreza, assim como de se experimentar níveis de privação mais elevados. Da mesma forma, os indivíduos em situação de doença/deficiência que se encontram em pobreza têm uma maior probabilidade de serem mais velhos do que outros indivíduos adultos em situação de pobreza. Seja como for, é entre a população reformada que é possível encontrar as taxas mais elevadas de pobreza e privação, sendo que no conjunto dos países considerados no estudo, as taxas mais elevadas registam-se entre os reformados portugueses.

Os baixos níveis de escolaridade podem também ser identificados como um capital em sentido negativo. É em Portugal que os jovens têm níveis de educação mais baixos e uma menor presença no mercado de trabalho. São os indivíduos em situação de doença/deficiência com níveis educacionais mais baixos que registam taxas de pobreza mais altas. Do mesmo modo, as mães em situação de monoparentalidade com menores níveis de educação têm uma maior pro-

² Vide, nomeadamente, o conceito de pobreza operacionalizado por Townsend já em 1979.

³ A não utilização da primeira vaga do Painel (1994) fica a dever-se à menor fiabilidade desta em relação às duas vagas seguintes.

⁴ Definição actualmente utilizada pelo Eurostat.

⁵ O conforto da habitação inclui itens como ausência de cozinha, de instalações de banho ou duche; a posse de bens duráveis refere-se à impossibilidade de adquirir bens como televisão a cores ou telefone; o indicador relativo às necessidades básicas pretende identificar situações em que o agregado não tem possibilidades de ter uma refeição de carne ou peixe de dois em dois dias, comprar roupa nova ou receber a família ou amigos para almoçar ou jantar.

bilidade de serem pobres do que as mães em situação de monoparentalidade na sua generalidade.

A inactividade é outro capital negativo, fazendo aumentar a vulnerabilidade dos indivíduos à pobreza, contrariamente à participação no mercado de trabalho, que actua no sentido de proteger os indivíduos, bem como, muitas vezes, as suas famílias, da pobreza monetária.

O recurso ao apoio familiar surge como uma das estratégias utilizadas pelos indivíduos nos grupos de transição para fazer face à pobreza e à privação. Dos países representados no estudo, Portugal é aquele onde os jovens adultos ficam até mais tarde em casa dos pais, casa essa onde muitas vezes se permanece, mesmo após o casamento. É também em Portugal – e na Grécia – que se registam os valores mais elevados de casais que vivem com os filhos, quer dos que vivem com filhos dependentes, quer dos que vivem com filhos não dependentes.

No que respeita aos doentes/deficientes, é interessante verificar que, ao contrário do que acontece nos outros países representados no estudo, em que estes indivíduos vivem sobretudo sozinhos ou só com o cônjuge, em Portugal há uma percentagem comparativamente elevada de doentes/deficientes que vivem com o cônjuge e com pelo menos um filho dependente, enquanto que a percentagem daqueles que vivem sozinhos é a mais baixa no conjunto dos países analisados.

Entre os reformados, as situações mais comuns são o viver com o cônjuge sem filhos, e a residência em “outros tipos de agregado”. Tal inclui situações como as famílias extensas, situação que consiste, muitas vezes, em reformados que vivem com os seus filhos adultos e respectivas famílias.

Em todas estas transições é possível verificar a importância das redes familiares, o que pode ser explicado não só de uma perspectiva cultural mas também como uma estratégia de modo a fazer face às dificuldades dos indivíduos em diferentes etapas das suas vidas. Para os jovens, a permanência em casa dos pais pode ajudá-los a enfrentar as dificuldades que encontram na sua transição para a vida adulta, dificuldades não apenas em termos de inserção laboral mas também em termos habitacionais.

Tais dificuldades podem estar igualmente subjacentes ao facto de haver um largo número de mães em situação de monoparentalidade que residem com os seus filhos adultos. As dificuldades habitacionais e os baixos rendimentos podem também ajudar a explicar a elevada percentagem

de reformados que vivem com os seus filhos adultos, dificuldades que podem ser mais facilmente superadas quando o rendimento do agregado depende principalmente de salários e não de pensões.

Os baixos níveis das prestações sociais são, sem dúvida, responsáveis pela situação de pobreza em que muitos dos reformados portugueses vivem. Para além do mais, estes resultados mostraram que, qualquer que seja a transição que considerarmos, os agregados que dependem principalmente de pensões e de outras prestações sociais são recorrentemente identificados como tendo maiores probabilidades de viver em pobreza e privação do que aqueles que dependem de salários.

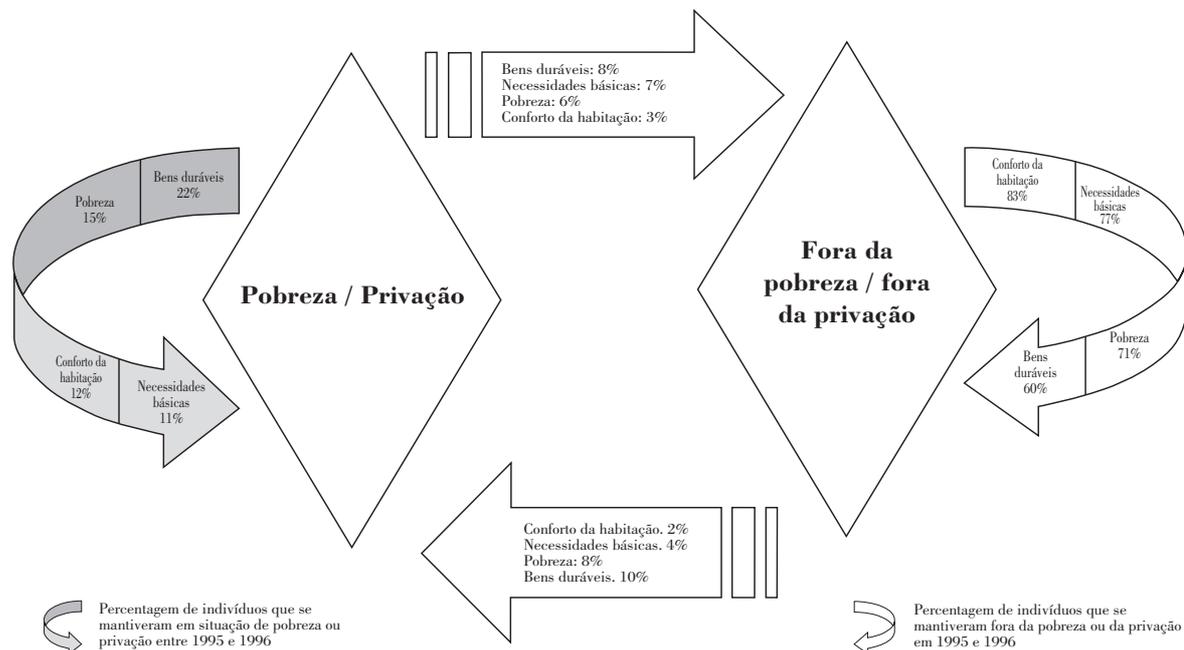
Pobreza e Exclusão Social: dinâmicas em ciclo de vida

Um primeiro dado a retirar em termos dinâmicos é o menor dinamismo da pobreza em relação à privação, como pode ser constatado a partir da figura 1. No que se refere à análise das dinâmicas da privação entre 1995 e 1996 é possível constatar diferenças importantes entre os três indicadores utilizados, resultantes em grande medida da sua própria natureza.

Assim, é no indicador relativo ao conforto da habitação que se verifica uma menor dinâmica, traduzida nas menores percentagens de indivíduos que saem (3%) ou entram (2%) nesta situação de privação, o que reflectirá, seguramente, o facto de o indicador ser composto por itens como ter ou não casa de banho e ter ou não uma cozinha separada, itens muito básicos e com uma considerável estabilidade inerente. Apesar da natureza básica deste indicador verifica-se que é, porém, bastante alta a percentagem daqueles que não conseguem evitar a entrada neste tipo de privação.

Por outro lado, é no indicador relativo à posse de bens duráveis, indicador composto por itens de natureza muito mais volátil, que é possível encontrar uma maior dinâmica tendo em atenção as duas vagas consideradas. Simultaneamente, é neste indicador que se verifica a percentagem mais elevada de indivíduos que permaneceram em situação de privação (22%). Da conjugação destes dois factores resulta que quatro em cada dez indivíduos passaram por uma situação de privação em termos da posse de bens duráveis em pelo menos um dos anos sob análise.

Figura 1. As dinâmicas da pobreza e da privação entre 1995 e 1996



Finda esta breve apresentação de alguns dos principais resultados relativos às dinâmicas da pobreza e da exclusão para o total da população, pretende-se, nos próximos pontos, aprofundar a análise no que diz respeito às quatro transições que constituem o objecto principal da pesquisa.

Os Jovens Adultos⁶ e a Vulnerabilidade à Pobreza: qual o papel da educação e do trabalho?

Apesar da falta de dados de natureza longitudinal, vários estudos demonstraram já a existência de uma “reprodução intergeracional” da pobreza em Portugal, o que se traduz na forte propensão para que as crianças pobres o continuem a ser ao longo do seu ciclo de vida. Manuela Silva et al. (1989), num estudo que incidiu nas principais áreas urbanas degradadas do país, mostrou que 79% daqueles que consideravam os seus pais pobres, consideravam-se eles também como tal.

Esta “reprodução” é gerada por sucessivos processos de discriminação que têm sido denominados como “ciclos viciosos da pobreza”. Em

resultado da consciência da existência de tal ciclo, e da incapacidade relativa de algumas instituições (nomeadamente da escola) em o romper, as crianças e os jovens passaram, nos últimos anos, a constituir o principal grupo-alvo de projectos de intervenção local, nomeadamente de luta contra a pobreza. Por outro lado, o crescimento do emprego juvenil, da toxicod dependência e da delinquência juvenil são alguns dos aspectos que têm contribuído para emprestar uma face jovem à exclusão social em Portugal.

Contudo, a taxa de pobreza entre os jovens é menor do que a média para o total da população: 17% e 24%, respectivamente. Em termos dinâmicos, é possível verificar que a percentagem de jovens que nunca estiveram numa situação de pobreza (78%) é mais elevada do que a percentagem de adultos⁷ na mesma situação (72%). Para além do mais, a pobreza parece ser menos persistente entre os jovens do que entre a população adulta – 73% dos adultos que eram pobres em 1995 eram-no também em 1996, ao passo que entre os jovens esta mesma percentagem desce para 68%.

E se o risco de cair numa situação de pobreza é similar em ambos os casos, os jovens têm uma maior probabilidade de sair daquela

⁶ Definido no âmbito do Projecto como grupo em transição para a vida adulta, constituído por todos os indivíduos com idades compreendidas entre os 16 e os 29 anos.

⁷ Considerados como os indivíduos com 16 e mais anos.

situação (32% dos jovens que eram pobres em 1995 já não o eram em 1996, face a 28% dos adultos), o que estará relacionado não só com uma diferença (óbvia) entre gerações mas também com o facto de a juventude se caracterizar por vários processos/transição como, por exemplo, a transição da escola para o trabalho, que significa a passagem de uma situação de dependência para uma situação de independência em termos económicos.

Trajectórias Escolares – a inclusão (im)possível

Para uma melhor compreensão desta transição no contexto actual da sociedade portuguesa é fundamental ter em atenção uma das mudanças mais relevantes ocorridas nas últimas três décadas: o aumento generalizado dos níveis de escolaridade da população portuguesa.

O alargamento da escolaridade obrigatória, da rede de escolas públicas e a melhoria genérica dos níveis de vida da população são factores que levaram ao aumento dos níveis educacionais e das aspirações a qualificações mais elevadas por parte das gerações mais novas. De acordo com os dados do Painel, 8% dos indivíduos entre os 25 e os 29 anos têm mais do que o 12º ano de escolaridade, enquanto que entre a totalidade dos adultos essa percentagem é de 5%. Apesar de tudo, Portugal é o país em que os níveis de escolaridade entre os jovens são ainda comparativamente baixos, o que é simultaneamente factor de pobreza e consequência de uma vida em situação de precariedade(s).

No entanto, o sistema escolar português não conseguiu ainda ser eficaz na correcção de desigualdades sociais e na promoção de crianças e jovens das famílias mais desfavorecidas. Os dados do Painel confirmam o carácter selectivo da instituição escolar, mostrando que os jovens pobres têm níveis educacionais mais baixos do que os não pobres. De facto, e usando dados referentes à terceira vaga, 81.5% dos jovens pobres têm menos do que o 12º ano, ao passo que entre os jovens não pobres essa percentagem desce para 69%.

A análise dinâmica evidencia o nível de escolaridade alcançado como um factor/causa de pobreza já que os jovens com um nível de instrução mais baixo têm uma maior probabilidade de entrar ou de permanecer numa situação que os posiciona abaixo do limiar considerado:

9.9% e 11.2%, respectivamente, daqueles que têm menos do que o 12º ano, face a 6.3% e 4.7% daqueles que têm mais do que o 12º ano.

Contudo, o nível de escolaridade não constitui o único factor explicativo das entradas e saídas da pobreza. De facto, é possível constatar que aqueles que encetaram um processo de (pelo menos aparente) mobilidade ascendente são, curiosamente, um pouco menos escolarizados (85% têm menos do que o 12º ano) do que aqueles que entram ou permanecem em pobreza (82% com menos do que o 12º ano), o que parece sugerir a existência de outras estratégias, à margem de um percurso escolar orientado, como forma de escapar à pobreza.

Para além do mais, embora a probabilidade de ser pobre se reduza com o aumento dos níveis de escolaridade, estes não são, evidentemente, uma garantia completa, verificando-se uma percentagem (6.3%) daqueles que, tendo mais do que o 12º ano, entraram na pobreza entre as duas vagas consideradas.

Dado o número limitado de vagas do Painel actualmente disponíveis, não é possível assegurar a consistência destes movimentos dinâmicos de entrada e saída da pobreza, no entanto, não parece arriscado afirmar a existência de dois tipos de situação, correspondentes a duas estratégias diferentes seguidas pelos jovens.

Por um lado, para os jovens pobres, o deixar a escola tem como objectivo a obtenção, tão cedo quanto possível, de um emprego que lhes possibilite escapar (ainda que temporariamente) à pobreza. De acordo com os dados do Painel, os jovens que saíram da pobreza entre 1995 e 1996 são mais novos do que a média e têm uma probabilidade mais elevada de estarem já a trabalhar.

Por outro lado, a extensão da vida escolar por parte dos jovens não pobres, mais velhos do que a média, tem em vista a obtenção de um emprego não só melhor mas também mais adequado às suas expectativas, mesmo que isso implique períodos de desemprego e de *stress* financeiro.

Tal como é realçado por Sérgio Grácio (s.d.), “o desemprego tem custos nas ambições; as ambições têm custos no desemprego”. Isto significa que os jovens com ambições profissionais mais reduzidas (e que tendem a coincidir com os mais pobres e menos escolarizados) tenderão a encontrar trabalho mais facilmente, na medida em que são menos exigentes em relação ao tipo de trabalho. Os outros, que têm objectivos mais elevados, parcialmente criados pela maior escolaridade podem encontrar maiores dificuldades,

especialmente quando o nível atingido não é suficientemente alto para se tornar raro ou altamente qualificado.

Este é um aspecto que se reflecte, em algumas zonas do país, no crescimento de um “desemprego mais escolarizado”, o que leva alguns a afirmar que a escola, em vez de contribuir para a redução do desemprego, tal como é defendido no Livro Branco sobre a Educação e a Formação funciona, sobretudo, ao nível do aumento das qualificações dos/as desempregados/as.

Inserção Profissional e Estratégias Familiares – em busca da autonomia

Como é reconhecido, o emprego continua a representar não só uma fonte de rendimento mas também um meio importante de inserção social, contribuindo para a aquisição de um *status* social e para o estabelecimento de redes de sociabilidade mais alargadas. Porém, as consequências mais visíveis da participação no mercado de trabalho passíveis de serem encontradas nos dados do Painel dizem respeito, apenas, à protecção contra a pobreza em termos monetários.

De facto, entre pobreza e desemprego existe como que um movimento de entradas e saídas de sentidos opostos, ou seja, é entre os que nunca estiveram em pobreza que se verifica uma maior percentagem de indivíduos com emprego (61.9%); por outro lado, é entre aqueles que saem da pobreza que é possível encontrar a percentagem mais elevada de indivíduos que entram no mercado de trabalho (25%); é, ainda, entre aqueles que entram em pobreza que se regista a percentagem mais elevada de indivíduos que deixaram de trabalhar (12.8%).

Porém, e tal como foi referido acerca da educação, parece que a dicotomia entrada/saída do mercado de trabalho não constitui a única explicação para as saídas e entradas em pobreza ou para a permanência nesta situação. As características do próprio mercado de trabalho têm também a sua influência, o que significa que não basta actuar na perspectiva de “inserir no mercado de trabalho” quem está fora dele, mas, sobretudo, tornar esse mercado mais inclusivo, tal como se pode constatar através dos exemplos seguintes.

Primeiro, a percentagem de jovens trabalhadores que permaneceu em situação de pobreza é de 55.8%, o que reflecte a precariedade dos empregos e, especialmente, os baixos salários.

O salário anual médio daqueles que permaneceram em pobreza nos dois anos considerados é de 554 910 escudos, face a 756 054 escudos daqueles que nunca estiveram em pobreza.

Segundo, é entre os que permaneceram e os que entraram em pobreza que é possível encontrar as percentagens mais elevadas de trabalho por conta própria, o que levanta a questão de saber até que ponto é que este não constitui uma forma de disfarçar o desemprego.

Terceiro, os jovens trabalhadores a tempo parcial são mais vulneráveis à pobreza.

Em aparente contradição com a hipótese colocada da participação do mercado de trabalho como factor de protecção à pobreza monetária, surge o facto de ser entre os que nunca estiveram em pobreza que é mais elevada a percentagem dos que se mantiveram fora do mercado de trabalho. A contradição, porém, anula-se quando se equacionam as duas “estratégias juvenis” acima referidas, onde a família joga um papel central e onde os projectos de constituição de família própria são, por vezes, adiados.

Embora, movidas por razões diferentes as estratégias accionadas por jovens pobres e não pobres intersectam-se precisamente nessa prolongada dependência face à família de origem. Com efeito, é entre os jovens que permanecem na pobreza, bem como entre os que nunca a conheceram, que se constata a mais elevada presença (75% em ambos os casos) de jovens que vivem em casa dos pais; é também nestes dois grupos que predominam os indivíduos solteiros.

Para os primeiros, serão certamente as dificuldades financeiras (relacionadas com os baixos salários ou ausência de rendimentos e/ou com os elevados preços da habitação) que provocarão uma descoincidência nas fases de transição para a idade adulta: na maioria dos casos estes jovens já deixaram a escola, não alcançaram ainda uma inserção segura no mercado de trabalho e ainda não conquistaram uma autonomia familiar.

A prova da importância das condições financeiras para a concretização da autonomia, encontra-se no facto de ser entre os jovens que saíram da pobreza que se regista a maior percentagem dos que abandonaram o seu agregado familiar de origem (20%), bem como a mais elevada proporção daqueles que se casaram (23%).

Para os segundos, ou seja, para os que nunca experimentaram a pobreza, as expectativas de atingirem níveis de instrução mais elevados, leva-os a permanecer na escola até mais tarde (repare-se que é neste grupo que se encontra a maior percentagem de estudantes), projecto esse

que é apoiado, e suportado, pela família, mas que conduz a uma mais prolongada dependência e a um retardamento da transição para a vida adulta.

A Transição para a Monoparentalidade⁸: género, idade e responsabilidades familiares

Processando-se num contexto de fraca protecção social, a situação das famílias monoparentais em Portugal tem sido sistematicamente referenciada por vários autores como uma situação particularmente vulnerável à pobreza e à exclusão social. (Ferreira, 1993; Perista, 1993; Almeida et al., 1992; Silva et al., 1991). Mais recentemente, os primeiros resultados obtidos a partir da aplicação do Rendimento Mínimo Garantido realçaram, uma vez mais, essa situação.

Contudo, a análise dinâmica das transições efectuadas pelas mães em situação de monoparentalidade⁹ que se mantiveram nessa situação em 1995 e 1996 mostra que os movimentos de entrada e saída da pobreza dos agregados monoparentais é bastante similar aos movimentos da generalidade dos agregados. Há, porém, que salientar que a probabilidade de entrada na pobreza durante o período referido era maior para os agregados monoparentais do que para os agregados em geral (9.4% contra 6.3%, respectivamente). Simultaneamente, a incidência da pobreza entre as mães em situação de monoparentalidade é maior do que entre os casais e os adultos em geral.

Heterogeneidade e Singularidade de uma “Transição em Família”

Em 1995, a taxa de pobreza mais elevada entre as famílias monoparentais (34%) registava-se entre as mães com filhos dependentes, situação que, a nível nacional, é também pior do que a das mães monoparentais com filhos não dependentes. No entanto, a situação relativa destas últimas surge como a pior no contexto dos países envolvidos no estudo.

O facto de as famílias monoparentais com filhos dependentes apresentarem níveis mais elevados de participação no mercado de trabalho parece ajudar a prevenir, pelo menos até certo ponto, taxas de pobreza mais elevadas.

Determinadas características como a menor escolarização, uma idade mais avançada, a viuvez, a inactividade e a doença aumentam a vulnerabilidade à pobreza dos agregados monoparentais onde existem filhos não dependentes.

O maior peso deste “tipo tradicional de monoparentalidade” em países como Portugal tem sido ligada e três factores distintos: “a morte de um dos cônjuges, o celibato associado ao nascimento de uma criança fora do casamento e a ausência/emigração de um dos cônjuges” (Wall, 1997). Este tipo de monoparentalidade tem, como foi anteriormente referido, um peso significativo no contexto português, e representa uma situação recorrentemente identificada como uma das mais vulneráveis face à pobreza e à exclusão social. Esta vulnerabilidade deriva não só da situação de monoparentalidade em si, mas também da sobreposição desta situação com o ser-se mulher e com a velhice e os problemas a ela associados como a fragilidade da saúde, as baixas pensões, o isolamento, etc.

De facto, apesar de se ter verificado que as famílias monoparentais com filhos dependentes têm uma maior probabilidade de permanecerem pobres entre as duas vagas consideradas, verificou-se também que têm uma taxa de saída da pobreza mais elevada e que as famílias monoparentais com filhos não dependentes têm uma probabilidade duas vezes superior de entrarem em pobreza no mesmo período.

Estas dinâmicas, em conjunto com os resultados referentes às famílias monoparentais que eram pobres em 1995 confirmam que as famílias monoparentais pobres com filhos não dependentes constituem, de uma perspectiva dinâmica, um grupo particularmente vulnerável, dado que caem mais facilmente numa situação de pobreza e parecem ter menos hipóteses de saída. Tal situação parece estar ligada às características acima mencionadas associadas à generalidade das famílias monoparentais com filhos não dependentes.

⁸ São considerados como estando em situação de monoparentalidade todos os indivíduos com 16 e mais anos e que estejam abaixo da idade legal de reforma e que vivam: 1) sem um parceiro coabitante mas com pelo menos um filho dependente (com idade inferior a 16 anos, ou que seja estudante a tempo inteiro ou; 2) sem um parceiro coabitante mas com filhos, todos eles não dependentes.

⁹ Em virtude do número residual de famílias monoparentais masculinas, a análise efectuada incidiu exclusivamente sobre as famílias monoparentais femininas.

Ao contrário do que acontece em outros países representados no estudo, nomeadamente na Alemanha e no Reino Unido, em Portugal não parece representar uma mais valia o facto de um agregado contar com a presença de filhos mais velhos, filhos esses que poderiam representar fontes de rendimento adicionais e, potencialmente, uma porta de saída da situação de pobreza.

Este paradoxo aparente deve ser entendido no contexto das características acima referidas, das famílias (e não apenas as monoparentais) que, em Portugal, vivem com filhos não dependentes e que são, relembra-se, jovens de 16 ou mais anos, que não estejam a estudar a tempo inteiro.

Este tipo de coabitação encontra-se, muitas vezes, ligado a dificuldades que são experimentadas por estes indivíduos, quer em relação à sua inserção no mercado de trabalho, quer em relação à sua inserção em termos habitacionais. A única opção disponível é, muitas vezes, continuar a viver com os pais, os quais, por sua vez, enfrentam também eles, muitas vezes, condições de vida difíceis. Daí resulta que estes riscos acumulados podem facilmente traduzir-se numa pobreza mais persistente, de onde há menores oportunidades de se escapar.

Privação Múltipla e Monoparentalidade

Também ao nível da análise das dinâmicas da privação é possível identificar aspectos simultaneamente paradoxais e interessantes deste tipo de abordagem.

Apesar de se registarem diferenças, esperadas, entre os resultados obtidos para cada um dos três tipos de privação não monetária (conforto da habitação, posse de bens duráveis e necessidades básicas), há tendências que perpassam os três domínios.

Uma dessas tendências é reflectida no facto de as mães em situação de monoparentalidade com filhos não dependentes registarem taxas de permanência em privação mais elevadas do que aquelas que têm filhos dependentes (em termos de conforto da habitação, por exemplo, 20% contra 11%, respectivamente, permaneceram em privação entre as duas vagas consideradas). Há que salientar porém que têm também uma maior mobilidade de saída da situação.

Uma segunda tendência diz respeito à situação particular das mães que vivem em casal

que têm filhos não dependentes e cujos níveis de privação são muito elevados, sendo em alguns casos mesmo mais elevados do que os das mães em situação de monoparentalidade com filhos dependentes.

O facto de as mães monoparentais com filhos não dependentes terem uma probabilidade mais elevada de permanecer em privação, particularmente ao nível do conforto da habitação e da posse de bens duráveis, pode implicar a existência de uma pobreza persistente (provavelmente mais fácil de encontrar entre as mais velhas destas mulheres abaixo da idade de reforma), que não lhes permitiu superar as dificuldades em termos habitacionais e/ou o acesso a bens duráveis. Por outro lado, as mães em situação de monoparentalidade com filhos dependentes parecem ter dificuldades maiores em superar a privação em todas as áreas consideradas.

Uma explicação plausível para este facto pode ser dada pelo facto de entre as famílias com crianças mais novas tender a haver menos recursos disponíveis para despesas que não estão directamente relacionadas com as crianças. Para as mães monoparentais com filhos não dependentes, esta necessidade não existe e, por isso, as prioridades podem ser definidas de forma diferente, nomeadamente na procura de melhores condições habitacionais ou na satisfação de outras necessidades.

A relação entre as dinâmicas da pobreza e da privação no caso das mães em situação de monoparentalidade com filhos não dependentes aparenta alguma ambiguidade. São estas famílias que, em situação de pobreza em 1995, registam a mais elevada taxa de persistência em pobreza em 1996, assim como menores possibilidades de dela escapar do que as famílias monoparentais com filhos dependentes. Contudo, as famílias com filhos não dependentes que se encontravam em situação de privação em 1995 registam uma menor taxa de persistência em privação e maiores probabilidades de sair de privação em 1996 do que as que têm filhos dependentes.

A superação de uma situação de privação não significa necessariamente a saída de uma situação de pobreza, isto é, ser auto-suficiente em termos de recursos económicos. As mães em situação de monoparentalidade e de pobreza, com filhos não dependentes podem ter sido capazes de superar a privação durante este período de tempo através do acesso a determinados itens, por esta ou aquela razão, nomeadamente através de suporte familiar. Porém, tal facto não significa necessariamente que a disponibilidade dos recur-

sos se mantenha continuamente. Superar uma situação de pobreza tem outras implicações, de natureza mais permanente e exige o acesso a outro tipo de recursos.

Entrada na Reforma¹⁰, Entrada na Pobreza... Trajectórias, Escolhas e Constrangimentos

A transição para a reforma tem sido fortemente associada à pobreza e à exclusão social em Portugal¹¹, situação que se caracteriza pela sua natureza multidimensional.

Um dos factores que concorre para essa multidimensionalidade é a taxa de pobreza extremamente elevada que se regista entre os reformados, a maior entre os países representados no estudo. Um outro prende-se com os níveis de escolaridade extremamente baixos que, normalmente, caracterizam esta população. Um terceiro diz respeito às condições habitacionais precárias em que esta população vive, traduzida por uma falta das condições mínimas e por níveis de privação elevados. Finalmente, o valor extremamente baixo das pensões de reforma e a sua relativa falta de eficácia na prevenção da pobreza num grupo que delas depende como principal fonte de rendimento, o que origina, muitas vezes, a necessidade de se efectuar trabalho remunerado após a reforma.

A análise dinâmica das segunda e terceira vagas do Painel não só confirma a já referida extrema vulnerabilidade deste grupo no contexto da sociedade portuguesa, como permite ilustrar algumas dimensões específicas desta transição.

O primeiro aspecto importante prende-se com o facto de os adultos com mais de 45 anos que passaram à situação de reforma em 1996 terem uma probabilidade quase duas vezes superior de entrarem em pobreza nessa vaga do que o total dos adultos (15% face a 8%). Torna-se, pois, claro que a entrada na reforma representa um risco real de entrada numa situação de pobreza.

Entrada na Reforma

– ruptura ou continuidade?

Permanecer pobre configura-se como uma situação de elevada probabilidade: entre a população pobre regista-se uma taxa de persistência na pobreza muito elevada, quer entre aqueles que permaneceram em situação de reforma (74%), quer entre a população adulta em geral (75%). Entrar na reforma surge quer como uma transição de risco para os não pobres (20% dos que se reformaram entre 1995 e 1996 entraram na pobreza) quer como uma situação persistente, despoletada antes da transição para a reforma (80% dos indivíduos que entraram na reforma em 1996 eram pobres e continuaram pobres).

Por outro lado, aqueles que continuaram reformados e que não eram pobres em 1995 são aqueles que apresentam a probabilidade mais elevada de evitar a pobreza (92%), mesmo comparando com os adultos em geral. Parece plausível que estes indivíduos, “sobreviventes” de uma transição arriscada como o é a transição para a reforma conseguiram, simultaneamente, evitar a entrada na pobreza, tendo também alcançado a possibilidade de encarar o futuro com mais segurança e menor risco.

Uma análise mais aprofundada deste grupo específico de reformados revela algumas das razões que podem explicar este facto. Trata-se de indivíduos com maiores probabilidades de apresentarem níveis de escolaridade mais elevados e de os respectivos agregados dependerem princi-



Foto de Alexandra Castro

¹⁰ São considerados reformados todos os indivíduos com mais de 45 anos de idade que se declaram como reformados, e todos os indivíduos que embora não se declarem reformados estão acima da idade de reforma e não estão a trabalhar 16 ou mais horas por semana.

¹¹ Desde os primeiros estudos sobre a pobreza em Portugal (Bruto da Costa et al., 1985), vários autores têm referido a particular vulnerabilidade dos idosos - que dependem exclusivamente das suas pensões - à pobreza e à exclusão social. Estes estudos salientam os valores extremamente baixos das pensões estatais que acabam ou por piorar uma já de si vulnerável situação de indivíduos e famílias cuja vida profissional se caracterizou pela precariedade, ou por introduzir a pobreza nas vidas de idosos cujo novo status social se traduz numa perda significativa em termos de condições de vida.

palmente de salários; e menores probabilidades de viverem sozinhos, de serem solteiros e de serem doentes/deficientes.

A educação, as redes familiares, a saúde e a principal fonte de rendimento parecem, pois, representar um papel positivo nas vidas dos indivíduos, não apenas na fase mais tardia da sua trajetória, mas ao longo de toda a vida na medida em que, muito provavelmente, terão sido vitais na forma como esta foi sendo sucessivamente construída e moldada, permitindo-lhes fazer face às situações mais difíceis.

Inserção Laboral na Pós-Reforma – ainda a precariedade...

Particularmente interessante nas trajetórias da população reformada, surge a situação daqueles que, tendo deixado a situação de reformados de uma vaga para a outra – o que significa que começaram a trabalhar – conseguiram sair da pobreza. São menos de 10% os indivíduos para quem essa opção significou uma saída efectiva da pobreza. Na medida em que o recurso a um trabalho remunerado após a idade de reforma poderia constituir uma estratégia para lidar com as dificuldades financeiras por parte daqueles que dependem das pensões como principal fonte de rendimento, o facto de haver uma percentagem tão baixa que consegue escapar à pobreza através deste meio levanta várias questões. Desde logo, surge uma interrogação básica sobre o tipo de trabalho a que estes indivíduos acedem e o rendimento que o mesmo proporciona. Por outro lado, importa questionar a relação existente entre o rendimento individual e o rendimento do agregado deste subgrupo no contexto da população reformada.

Um olhar mais atento ao subgrupo referido permite constatar que este revela sinais de vulnerabilidade que parecem confirmar que a estratégia que estes indivíduos desenvolvem, apesar de parecer poder atenuar situações de privação, não é, de todo, uma estratégia com sucesso para se escapar à pobreza.

Trata-se maioritariamente de situações em que inserção laboral significa trabalho por conta própria, sector este muitas vezes associado ao mercado informal, o que, em conjunto com a idade avançada e os baixos níveis de escolaridade que estes indivíduos apresentam, pode

ajudar a explicar o porquê do insucesso desta estratégia de superação da pobreza.

Há, porém, que salientar a ligeira subida registada no rendimento destes agregados e não esquecer outros impactos importantes que possam ter decorrido dessa reinserção laboral, nomeadamente no que se refere à forma como os indivíduos auto-percebem o seu *status* e utilidade social, à eventual elevação da auto-estima, assim como a outros aspectos que não podem ser avaliados numa perspectiva estritamente monetária.

Pobreza e Privação: uma interacção nem sempre linear

Um aspecto relevante decorrente da análise dinâmica prende-se com a relação aparentemente paradoxal entre as dinâmicas da pobreza e da privação. Os indivíduos que deixaram o estatuto de reformado entre as duas vagas do Painel consideradas e que estavam em situação de privação em 1995 são os que apresentam maiores probabilidades de sair dessa situação em 1996, especialmente no que diz respeito à privação em termos de necessidades básicas.

A este respeito, deve ter-se em atenção que os itens que compõem este indicador (substituir mobília usada; poder comer carne ou peixe pelo menos de dois em dois dias, comprar roupas novas, etc.) são de natureza muito volátil. Como tal, não surpreende que mais de dois em cada três indivíduos que saíram da situação de reformado entre as duas vagas tenham também deixado de ter este tipo de privação.

Por outro lado, a complexidade destes processos dinâmicos e a sua interacção podem também ser ilustradas por três movimentos diferentes – embora inter-relacionados – de entrada e saída da pobreza e da privação em termos de necessidades básicas.

- Os indivíduos reformados que entram em pobreza na terceira vaga têm a maior probabilidade de nunca¹² terem estado em situação de privação;

- Os indivíduos reformados que saem da situação de pobreza na terceira vaga têm a probabilidade mais elevada de sair da situação de privação em que se encontravam na segunda vaga;

¹² No contexto da presente análise, esta expressão “nunca” deve ser entendida como “em nenhuma” das duas vagas consideradas.

– Os indivíduos reformados que permanecem em situação de pobreza nas duas vagas consideradas são os que registam a maior probabilidade de permanecer em situação de privação na terceira vaga.

Os indivíduos que se mantêm reformados em ambas as vagas e que entram em situação de pobreza na terceira vaga foram, provavelmente, capazes de evitar a privação a diversos níveis, dado que dispunham dos recursos financeiros para o fazer. Contudo, entrar-se em situação de pobreza e ter de se lidar com a falta de recursos pode imediatamente accionar comportamentos e levar a que os indivíduos façam cortes em alguns dos itens que compõem o indicador das necessidades básicas. Isto poderá, eventualmente, explicar que 15% dos reformados tenham entrado simultaneamente em situação de pobreza e de privação.

No segundo caso – saída da pobreza – solucionar-se o problema da falta de recursos pode ser o meio para que se possa passar a aceder a algumas das necessidades básicas e, assim, sair da situação de privação. No entanto, deve-se ter em conta que ter-se estado em situação de pobreza tem, por vezes, efeitos a longo prazo e pode adiar a possibilidade de se sair da privação. O facto de mais de um em cada quatro reformados que saíram da pobreza continuar em privação poderá ilustrar bem a complexidade da pobreza, não apenas nas suas causas, mas também nos efeitos que tem nas vidas, escolhas e estratégias dos indivíduos e das famílias.

Finalmente, aqueles reformados que permaneceram em pobreza parecem ter tido poucas hipóteses de sair de privação, dada a ausência dos recursos financeiros necessários.

A precarização ao longo de ciclo de vida é, sem dúvida, um dos aspectos-chave da transição para a reforma. A entrada neste grupo de transição significa, muitas vezes, um agravamento no processo continuado de condições de vida precárias que caracterizou as vidas dos indivíduos durante a sua vida activa. Para outros, pelo contrário, pode significar uma redução abrupta dos seus recursos financeiros (e emocionais, entre outros), tornando-se uma das portas de entrada para uma situação de pobreza e exclusão social.

Os Doentes/Deficientes¹³: fazer face à pobreza e à privação com recursos debilitados

Um dos primeiros aspectos a realçar em relação ao grupo dos doentes/deficientes é que se trata de um grupo altamente dinâmico, particularmente no que diz respeito às taxas de saída entre a segunda e terceira vagas. De facto, cerca de um em cada três indivíduos que se encontravam neste grupo de transição em 1995 já dele não faziam parte em 1996, situação que se acentua especialmente entre os homens.

A situação de doença/deficiência é também uma situação que parece afectar um largo número de indivíduos. Efectivamente, cerca de um em cada dez indivíduos com mais de 15 anos que compõem o Painel passaram por essa situação em pelo menos um dos anos considerados no estudo.

No que diz respeito à relação deste grupo com a pobreza, um primeiro dado é que as maiores frequências de entrada em pobreza se registam junto daqueles que saem do grupo, o que poderia apontar para a existência de uma situação na qual os doentes/deficientes, pela situação em que se encontram, estariam protegidos contra a pobreza por um sistema de protecção social eficaz.

Porém, no contexto do Estado-Providência vigente em Portugal, esta é uma hipótese algo frágil, ideia que é apoiada pelo facto de nenhum dos indivíduos que saiu do grupo de 1995 para 1996 estar a receber assistência social no primeiro destes anos e 80% não estar a receber quaisquer subsídios de doença ou deficiência.

Por outro lado, também a análise das transições destes indivíduos em termos de actividade principal, composição do agregado, e principal fonte de rendimento, etc., revela estabilidade nestes aspectos e não as mudanças que poderiam ajudar a explicar os dados obtidos.

Assim, parece ser razoável pensar que a situação de doença/deficiência é uma situação cujos impactos se farão sentir sobretudo no médio e no longo prazo, pelo que com o reduzido número de vagas do Painel actualmente disponível se torna difícil um aprofundamento das relações causais por detrás dos resultados obtidos.

¹³ Os indivíduos em situação de doença/deficiência, são todos os indivíduos com 16 e mais anos de idade e que estejam abaixo da idade legal de reforma e cujo estado de saúde (auto-percepcionado) seja em geral muito mau ou que esteja severamente condicionado (auto-percepção) nas suas actividades diárias por questões de saúde/deficiência.

Fazendo incidir a análise em termos dos indicadores não monetários, um primeiro resultado que sobressai é que aqueles que estiveram numa situação de doença/deficiência em pelo menos uma das vagas consideradas revelam uma maior probabilidade de já ter estado numa situação de privação. Um segundo dado deriva do facto de o indicador relativo ao conforto da habitação ser composto por itens de natureza muito básica que têm, simultaneamente, um carácter mais permanente. Este é o indicador onde, comparativamente, se registam percentagens mais elevadas de indivíduos que “nunca” estiveram em situação de privação. Simultaneamente, é o indicador onde as dinâmicas da privação são menos acentuadas. Contrariamente ao que acontece em relação aos bens duráveis e especialmente em relação às necessidades básicas, os itens relativos ao conforto da habitação não são tão facilmente adquiridos ou perdidos, o que faz com que haja relativamente poucos indivíduos que tenham entrado ou saído da situação de privação entre a segunda e a terceira vagas do Painel.

O indicador relativo às necessidades básicas parece, pois, ser aquele que é mais rapidamente afectado pelas mudanças na vida dos indivíduos, nomeadamente no rendimento. Para além do mais, todos os itens que o compõem podem originar respostas de natureza mais subjectiva do que as dadas em relação, por exemplo, ao indicador da posse de bens duráveis, pelo que um aumento no rendimento disponível do agregado, ao originar alterações se não em termos objectivos, pelo menos ao nível das percepções subjectivas do indivíduo, pode alterar por completo a tendência do indicador. Tal parece ser suportado pelo facto de ser entre aqueles que saem da situação do grupo de transição que se regista o valor mais elevado de indivíduos que saem de privação.

Feita esta breve análise das dinâmicas globais da pobreza e da privação no que se refere aos doentes/deficientes, os próximos parágrafos tentarão explorar algumas das características que podem influenciar a entrada na pobreza daqueles que transitam para este grupo de risco.

Trajectórias, Mobilização de Recursos e Capitais – elementos protectores face à pobreza

Desde logo, um olhar mais atento aos que conseguiram evitar a pobreza em ambas as vagas,

mas que passaram a fazer parte do grupo dos doentes/deficientes na terceira vaga, permite identificar determinadas características que os parecem proteger desta ocorrência negativa, evitando que entrem também em pobreza.

No que se refere a características pessoais, enquanto que o género não parece ser particularmente significativo (as mulheres são apenas ligeiramente menos vulneráveis à entrada na pobreza quando em situação de doença/deficiência), a idade parece ser mais relevante. Efectivamente, aqueles com idades compreendidas entre os 30 e os 44 anos conseguem evitar a entrada na pobreza mais facilmente, registando uma probabilidade de efectuar esta mudança duas vezes menor do que aquela que registam os indivíduos entre os 45 anos e a idade de reforma, e que é apenas um terço da que registam os jovens adultos entre os 16 e os 29 anos.

Apesar de estes jovens adultos serem, em termos genéricos, menos vulneráveis à pobreza do que os adultos com 30 e mais anos (como foi já explorado no ponto relativo à transição para a idade adulta). Contudo, a entrada numa situação de doença/deficiência parece poder alterar esta situação. Estando os jovens integrados, eles próprios, numa fase de transição, em que a autonomia está, muitas vezes, ainda no processo de ser conseguida, a entrada numa situação de doença/deficiência pode constituir uma dificuldade adicional difícil de superar.

O casamento ou a coabitação parecem igualmente ter um efeito protector, originando que os indivíduos nesta situação sejam muito menos vulneráveis à pobreza do que os/as viúvos/as (quase cinco vezes menos) e os/as solteiros/as (um pouco mais de cinco vezes), situação que coincide com características já identificadas anteriormente, nomeadamente em relação à situação dos/as viúvos/as.

Por outro lado, tais dados podem também ser relacionados com a maior necessidade de apoio (em termos de cuidados mas também em termos financeiros) sentida por aqueles que entraram numa situação de doença/deficiência e em cuja ausência a probabilidade de entrar em pobreza será, seguramente, maior.

Outra característica que parece poder constituir-se como um factor protector é o nível de escolaridade do indivíduo. De facto, aqueles que têm uma escolaridade inferior ao 12º ano têm uma probabilidade uma vez e meia superior de entrar em pobreza ao entrar numa situação de doença/deficiência do que aqueles que têm pelo menos aquele nível educacional.

No que diz respeito à situação perante o trabalho, é entre os/as domésticos/as que se regista a probabilidade mais elevada de entrar em pobreza ao entrar numa situação de doença/dependência, probabilidade que é mais de cinco vezes superior à daqueles que estão integrados em trabalho remunerado e quase vinte vezes superior à daqueles que se encontram em situação de reforma.

Depender de apoio social ou de um emprego por conta própria¹⁴ aumenta em 1.5 e 1.7 vezes, respectivamente, a probabilidade de se entrar em pobreza, comparando com aqueles cuja principal fonte de rendimento é um salário, o que não surpreende tendo em conta a fraca protecção dada pelo apoio social e sabendo-se que o trabalho por conta própria corresponde, muitas vezes, a trabalho não coberto pelo sistema de segurança social e, por vezes, com uma componente forte de precariedade associada. Beneficiar de subsídio de doença ou invalidez parece ter um efeito mínimo na probabilidade de se entrar em pobreza.

Por outro lado, estar-se coberto por um seguro médico privado (quer seja directamente ou através de um familiar) reduz praticamente a zero a probabilidade de se entrar em pobreza tendo-se entrado em situação de doença/deficiência. Deve-se, porém, realçar que os indivíduos cobertos por este seguro tinham, já em 1995, uma situação financeira melhor. Enquanto que estes registavam uma média de 75.4 em termos da sua localização por percentis de rendimento, aqueles que não tinham a cobertura deste tipo de seguro registavam uma média de 60.1.

Debilidade Física e Fragilidade Económica e Social: uma inter-relação complexa

A análise das condições de saúde em 1995 daqueles que, em 1996 entraram numa situação de doença/deficiência revelou que estes indivíduos recorriam já nessa altura mais a cuidados de saúde, assim como a apreciação que faziam da sua saúde era já mais negativa do que a feita por aqueles que conseguiram evitar a entrada em pobreza.

Para além do mais, o cruzamento da condição de saúde do indivíduo com a sua situação em termos de pobreza e privação mostrou que aqueles que efectuaram a transição para uma

situação de doença/deficiência entre as duas vagas consideradas tinham, já em 1995, uma probabilidade mais elevada de estarem em pobreza e privação do que aqueles que não efectuaram tal transição.

Condição de saúde e pobreza parecem, pois, estar fortemente relacionadas. Da mesma forma que a saúde parece ser um capital importante para a protecção dos indivíduos contra situações de pobreza e privação, as condições em que os indivíduos vivem parecem igualmente desempenhar um papel importante na definição da sua maior ou menor probabilidade de entrar numa situação de doença/deficiência. Como tantas outras questões, a saúde não é apenas uma variável simples que influencia uma transição em termos económicos. Deve, antes, ser considerada tendo em consideração a complexidade da realidade social, realidade onde estas questões são muitas vezes, em simultâneo, causa e efeito.

Pobreza e Exclusão Social em Portugal – contributos para a investigação e definição de políticas

A partir de dados de natureza longitudinal é possível traçar uma análise transversal dos resultados numa dupla perspectiva: uma apresentação e discussão das implicações em termos de políticas que resultam dos principais resultados; e as potencialidades e novas perspectivas para a investigação portuguesa neste domínio e para a definição das orientações em termos de definição de políticas.

No que diz respeito às implicações em termos de políticas, a análise dinâmica das quatro transições realçou a persistência de alguns problemas estruturais na sociedade portuguesa, que afectam as vidas, as escolhas e as estratégias dos indivíduos e das famílias. Habitação, educação e mercado de trabalho são as áreas nas quais estes problemas ganharam uma maior visibilidade ao longo das diferentes etapas de análise.

A falta de habitações a custos comportáveis (quer em termos de compra, quer em termos de aluguer) que afecta uma parte significativa da população tem consequências particularmente sérias nas gerações mais jovens, particularmente entre aqueles cuja frágil situação económica não permite fazer face aos elevados custos habita-

¹⁴ Inclui o trabalho efectuado por conta própria em actividades agrícola.

cionais. Permanecer em casa dos pais é, pois, muitas vezes, a única escolha disponível e a única ajuda que aqueles podem dar.

Por outro lado, medidas recentemente implementadas na área da habitação (como, por exemplo, o incentivo ao arrendamento jovem) vieram beneficiar principalmente os jovens com



Foto de Miguel Baltazar

situações mais estáveis, visto que os critérios de elegibilidade deixam de fora uma parte significativa desta população, nomeadamente os mais privados.

Os elevados níveis de privação que se registam em termos de conforto da habitação revelam outro dos principais problemas nesta área: as condições habitacionais precárias que continuam a afectar inúmeros agregados, e principalmente os idosos e os indivíduos residentes em meio rural ou em zonas desfavorecidas das grandes cidades. Os grandes programas de realojamento lançados nos últimos anos (e mais recentes do que as vagas do Painei já disponíveis) terão contribuído para

reduzir os níveis de privação nestas zonas urbanas. Contudo, a população idosa residente nos centros das cidades em casas alugadas altamente degradadas não foi, em muitos casos, beneficiada pelos programas de renovação lançados e que se dirigem, sobretudo, aos proprietários.

Nesta análise, os baixos níveis de escolaridade têm sido sistematicamente relacionados com elevados níveis de vulnerabilidade à pobreza. De facto, até agora o sistema educativo não foi capaz de transformar o carácter exclusivo (isto é, reproduzidor das desigualdades sociais existentes) da instituição escolar num sistema inclusivo. Tal facto contribui, pois, para a ainda elevada proporção de jovens que abandona a escola sem ter concluído a escolaridade obrigatória.

A inserção no mercado de trabalho foi, ao longo do estudo, um dos mecanismos que parece proteger os indivíduos da pobreza. Foi, porém, igualmente realçado que o facto de se ter um emprego pode não ser suficiente para evitar a entrada numa situação de pobreza (ilustrado pelo caso dos indivíduos reformados que começam a trabalhar e que não conseguem sair da pobreza). Condições de trabalho precárias (baixos salários, falta de protecção social, contratos a termo certo) acompanham muitas vezes a trajectória laboral dos indivíduos e contribuem para a sua vulnerabilidade à pobreza e à exclusão social. O emprego por conta própria parece, por vezes, ser um disfarce para o desemprego, ao invés de constituir uma alternativa real a um emprego por conta de outrem

O acesso a serviços de saúde e outros equipamentos sociais (como creches, jardins de infância e centros de dia para os idosos) foi também apontado como uma das áreas a ter em conta, de modo a facilitar as vidas das famílias em geral e, em particular, as dos mais privados.

Finalmente, e no que se refere às implicações em termos de políticas, deve realçar-se que deveria ser dada uma atenção particular às famílias enquanto principais prestadoras de cuidados. É no seio da família que muitas soluções continuam ainda a ser encontradas, quer para as crianças, quer para os jovens em processo de autonomia, quer para os idosos. Este papel tradicional de suporte das famílias (e particularmente das mulheres) tem funcionado quer como desculpa, quer como compensação para o também tradicional baixo suporte estatal dado estas. É já tempo de o Estado reconhecer e apoiar o papel vital desempenhado pelas famílias.

No que se refere ao contributo do Painel para a investigação sobre a pobreza e exclusão social em Portugal, há que referir a importância de se dispor, pela primeira vez, de dados longitudinais de painel. A possibilidade de se seguir trajectórias – em tão grande escala – e de as comparar ao nível da União Europeia é vital para uma melhor compreensão dos mecanismos que empurram os indivíduos para dentro e para fora

da pobreza e da privação. Ao mesmo tempo, alarga as perspectivas metodológicas para a complementaridade entre métodos extensivos e intensivos. Se explorar as causas da pobreza pode ser mais eficazmente conseguido através da utilização deste novo instrumento, o estudo dos seus efeitos nas vidas dos indivíduos e das famílias pode agora ganhar um renovado interesse por parte da comunidade científica.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, J. et al. (1992), *Exclusão Social – Factores e Tipos de Pobreza em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.

BRUTO DA COSTA, A. et al. (1985), *A Pobreza em Portugal*, Lisboa, Cáritas.

EUROPEAN COMMISSION (1999), Communication, A Concerted Strategy for Modernising Social Protection, Luxemburgo, Office for official publications of the European Communities.

FERREIRA, A. F. (1987), *Por uma Política de Habitação*, Porto, Ed. Afrontamento.

FERREIRA, L. (1993), *Pobreza em Portugal – Variação e Decomposição de Medidas de Pobreza a partir de Orçamentos Familiares de 1980/81 e 1989/90*, Lisboa, CISEP.

GRÁCIO, S. (s/d), *Crise juvenil e invenção da juventude: notas para um programa de pesquisa*, Working paper.

PERISTA, H. et al (1993), *A pobreza no feminino na cidade de Lisboa*, Lisboa, ONG's do Conselho Consultivo da CIDM.

ROOM, G. (2000), *Social Mobility, Social Exclusion and Social Welfare: Comparative Dynamics*, Working paper.

SILVA, M. et al. (1989), *Pobreza Urbana em Portugal*, Lisboa, Cáritas.

SILVA, M. et al.(1991), *Crianças Pobres em Lisboa – implicações para a intervenção social*, Lisboa, DPS/CRC.

TOWNSEND, P. (1979), *Poverty in the UK. A survey of household resources and standard of living*, Londres, Pelican.

WALL, K. (1999), *Famílias Monoparentais em Portugal in Terceiro Congresso de Sociologia*, Oeiras, Celta Editora.